DEMOCRACIA EM RISCO: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA A PARTIR DE LEVITSKY E ZIBLATT

Henrique Balbino de Brito (Acadêmico do curso de Licenciatura em Filosofia – UEM).
Orientador: Prof. José Antônio Martins.
Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Maringá, PR

Área e subárea do conhecimento: Ciências Humanas / Filosofia.
Palavras-chave: democracia representativa; poliarquia; autoritarismo.

RESUMO

O presente trabalho analisa os fatores que podem conduzir ao enfraquecimento das democracias contemporâneas, tomando como referência principal as obras de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt e articulando sua análise às concepções de democracia formuladas por Robert Dahl. O estudo é de natureza bibliográfica e busca compreender como uma democracia pode ser corroída de forma gradual, inclusive por agentes que chegam legitimamente ao poder por meio de eleições. Inicialmente, apresenta-se a distinção entre a democracia antiga e a democracia contemporânea, destacando-se, a partir de Dahl, os critérios que orientam o ideal democrático e a noção de poliarquia como forma de democracia representativa em larga escala. Em seguida, examinam-se os sinais de autoritarismo indicados por Levitsky e Ziblatt, o papel dos partidos políticos como guardiões das instituições e a importância das normas não escritas da tolerância mútua e da reserva institucional. A análise também relaciona esses elementos à trajetória política brasileira, marcada por períodos autoritários, instabilidade institucional e forte polarização. Como resultado, observa-se que a crise democrática não depende exclusivamente de golpes de Estado, podendo ocorrer por processos graduais de erosão institucional. Conclui-se que a preservação democrática exige instituições independentes, respeito às regras do jogo e reconhecimento do adversário como participante legítimo do processo político.

INTRODUÇÃO

A democracia é frequentemente apresentada como uma forma de governo desejável nas sociedades contemporâneas, mas sua existência concreta envolve condições institucionais, práticas políticas e normas que ultrapassam a simples realização de eleições. Compreender os riscos que podem conduzir ao enfraquecimento democrático exige, portanto, definir o que se entende por democracia e examinar quais mecanismos permitem sua manutenção. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a crise das democracias contemporâneas a partir das formulações de Robert Dahl e, sobretudo, da interpretação de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em *Como as democracias morrem* (2018). A pesquisa parte de uma abordagem bibliográfica e delimita-se ao problema da erosão democrática

provocada por atores autoritários e pela deterioração das regras institucionais e das normas de convivência política.

A primeira etapa da análise consiste em distinguir diferentes concepções históricas de democracia. Na democracia antiga, tal como discutida por Aristóteles, o governo de muitos não correspondia necessariamente à forma de governo mais desejável. Já na concepção contemporânea, a democracia está associada à participação política, à igualdade e à inclusão. Essa diferença permite compreender por que a democracia atual não pode ser reduzida à ideia de simples governo da maioria. A partir de Dahl, torna-se necessário observar as condições que permitem aos cidadãos participar efetivamente, votar em condições de igualdade, formar sua compreensão sobre questões políticas e exercer controle sobre a agenda pública.

REVISÃO DE LITERATURA

Robert Dahl compreende a democracia como um ideal baseado na participação, igualdade de voto e inclusão política. Para sociedades de grande escala, o autor utiliza o conceito de poliarquia, sustentado por instituições como eleições livres, liberdade de expressão, fontes alternativas de informação e cidadania inclusiva (Dahl, 2001).

Em *Como as democracias morrem*, Levitsky e Ziblatt analisam a erosão gradual da democracia, destacando que líderes autoritários podem chegar ao poder por meios legais e, posteriormente, enfraquecer as instituições democráticas. Os autores apontam como sinais de alerta a rejeição das regras democráticas, a negação da legitimidade dos adversários, a tolerância à violência e a restrição das liberdades civis (Levitsky; Ziblatt, 2018). Dessa forma, a ameaça à democracia pode ocorrer não apenas por golpes, mas também por processos internos de enfraquecimento institucional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura articulada de Dahl, Levitsky e Ziblatt permite compreender que as eleições, embora indispensáveis à democracia representativa, não são suficientes para garantir sua preservação. Uma sociedade pode realizar eleições e, simultaneamente, experimentar perda de liberdade de expressão, redução da pluralidade informacional, restrições à atuação de associações ou enfraquecimento de instituições independentes. Por isso, a democracia deve ser analisada em termos mais amplos, considerando as instituições e as práticas que sustentam a competição política e a participação dos cidadãos.

Nesse ponto, ganha destaque o papel dos partidos políticos. Levitsky e Ziblatt argumentam que os partidos funcionam como guardiões da democracia, sobretudo porque podem impedir que candidatos autoritários obtenham acesso ao poder ou estabelecer limites quando esses candidatos já ocupam cargos públicos. A confiança excessiva na chamada vontade popular pode ser perigosa quando a própria competição eleitoral permite que um demagogo seja escolhido e, posteriormente, utilize as instituições contra a democracia. O problema, portanto,

não está na participação popular em si, mas na ausência de barreiras políticas e institucionais capazes de impedir a transformação de uma vitória eleitoral em concentração progressiva de poder.

A análise também evidencia que as instituições democráticas podem assumir funções ambíguas quando capturadas por grupos partidários. Instituições judiciais e policiais independentes são capazes de investigar e punir abusos governamentais; quando controladas por interesses do governo, podem ser utilizadas para protegê-lo de investigações e processos. A independência institucional é, desse modo, uma condição decisiva para impedir que um governante autoritário transforme mecanismos criados para limitar o poder em instrumentos de proteção do próprio poder.

Outro resultado central da análise diz respeito às duas normas não escritas destacadas pelos autores: a tolerância mútua e a reserva institucional. A tolerância mútua corresponde ao reconhecimento de que o adversário político possui o mesmo direito de participar da disputa institucional, desde que respeite as regras do jogo. A reserva institucional, por sua vez, consiste em evitar práticas que, embora possam ser formalmente permitidas pela lei, contrariem o espírito das normas democráticas. Essas duas normas estão relacionadas porque o reconhecimento do adversário como rival legítimo reduz a disposição de utilizar todo e qualquer recurso para eliminá-lo do campo político.

Quando essas normas se enfraquecem, a competição partidária pode deixar de ser percebida como disputa entre adversários e passar a ser encarada como confronto entre inimigos. Levitsky e Ziblatt associam esse processo à polarização intensa e à formação de grupos que consideram as regras democráticas incompatíveis com seus próprios objetivos. Nesse cenário, a vitória do adversário passa a ser percebida como ameaça existencial, tornando mais aceitável a utilização de mecanismos institucionais ou não para impedir sua ascensão. A crise democrática, assim, não deriva apenas de decisões individuais, mas também da transformação do ambiente político em que essas decisões ocorrem.

Esses elementos podem ser relacionados à experiência brasileira. O país atravessou diferentes períodos de restrição política e de ditadura, incluindo o governo de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945 e a ditadura militar iniciada em 1964 e encerrada em 1985. Mesmo após a redemocratização, permaneceram conflitos institucionais, crises políticas, denúncias de corrupção e processos de impeachment. Mais recentemente, a polarização política e os episódios de violência e contestação institucional ocorridos em 6 de janeiro de 2021 nos Estados Unidos e em 8 de janeiro de 2023 no Brasil tornam pertinente investigar a relação entre conflito político, autoritarismo e preservação democrática.

O caso brasileiro é especialmente relevante para a pesquisa porque permite discutir a tensão entre legitimidade eleitoral e limites institucionais. A eleição de um governante não elimina as demais exigências da democracia: liberdade de expressão, pluralidade de informações, autonomia das associações, cidadania inclusiva e funcionamento independente das instituições continuam sendo necessárias. Da mesma forma, um governo eleito não está autorizado a interpretar a própria vitória como permissão para atacar permanentemente seus adversários,

enfraquecer mecanismos de fiscalização ou utilizar a lei contra o espírito das regras democráticas.

Dessa perspectiva, a afirmação de que as democracias morrem de dentro pode ser entendida como uma descrição de um processo gradual. O líder autoritário não necessariamente inicia seu governo declarando uma ruptura com a democracia. A erosão pode começar por ataques aos adversários, pela deslegitimação da imprensa, pela tolerância à violência, pela captura de instituições e pela flexibilização das normas que limitam o exercício do poder. Caso tais movimentos não encontrem resistência suficiente, práticas inicialmente excepcionais podem ser naturalizadas e transformar a estrutura da disputa política.

O percurso teórico desenvolvido neste trabalho conduz, portanto, a uma questão que permanece aberta para a continuidade da pesquisa: em que condições seria possível interromper ou reverter esse processo de erosão democrática? A própria produção posterior de Levitsky e Ziblatt, *Como salvar a democracia* (2021), oferece um próximo campo de investigação. Nesse sentido, a análise realizada até aqui não pretende apresentar uma resposta definitiva, mas estabelecer os fundamentos conceituais necessários para investigar seus riscos e seus mecanismos de defesa.

CONCLUSÕES

A análise realizada mostra que a democracia contemporânea deve ser compreendida para além das eleições, envolvendo instituições, direitos, participação política e normas de convivência. A partir de Dahl, a poliarquia permite visualizar as condições institucionais que sustentam a democracia representativa; a partir de Levitsky e Ziblatt, evidencia-se como essas mesmas estruturas podem ser gradualmente corroídas por líderes autoritários e por um ambiente de polarização extrema. Conclui-se que a preservação da democracia depende da independência institucional, da rejeição de práticas autoritárias e, sobretudo, da manutenção da tolerância mútua e da reserva institucional. No caso brasileiro, esses elementos tornam necessária a investigação contínua sobre os efeitos da polarização e sobre os mecanismos capazes de impedir que disputas políticas legítimas se transformem em ameaças à própria ordem democrática.

REFERÊNCIAS

Dahl, R. A. Sobre a democracia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Levitsky, S.; Ziblatt, D. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Levitsky, S.; Ziblatt, D. Como salvar a democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.